

NOVIDADE. Categoria já admite discutir a reposição das aulas para não prejudicar ainda mais os alunos

Docentes da Ufal decidem seguir em greve

Impasse sobre reajuste salarial ainda não foi superado

NIVIANE RODRIGUES
REPÓRTER

Quem esperava o fim da greve dos professores da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), ontem, vai precisar ter mais uma boa dose de paciência, principalmente estudantes que estão prestes a concluir o curso e contam nos dedos os dias para retornar às aulas e ter o tão sonhado diploma de graduação em mãos.

Em mais uma assembleia, realizada no Centro de Interesse Comunitário (CIC), no campus universitário, os docentes da Ufal decidiram manter a greve, iniciada em maio e que, pelo andar da carruagem, pode se prolongar. Sem negociação com o governo federal, eles aguardam de-

finições do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (SPF), que ontem se reuniu em Brasília e aguarda convocação do Ministério da Educação (MEC) para buscar saídas para o impasse criado diante do que os sindicatos da categoria consideram falta de uma proposta que atenda às demandas dos profissionais em greve nacional.

O presidente da Associação dos Docentes da Ufal (Adufal), Antonio Passos, informou que não houve nenhum avanço no processo de busca de negociação com o governo federal, por isso a greve está mantida. Mas afirmou que, no processo de negociação, a questão da reposição das aulas é ponto a ser discutido, para que não haja maiores prejuízos para os alunos.

“Estamos há mais de 100 dias em greve, e o governo federal não aceita com nenhuma proposta. Temos neste momen-

to [ontem pela manhã] uma reunião dos servidores federais, em Brasília, onde estão sendo discutidas questões das categorias, inclusive das universidades. Estamos aguardando que haja uma reunião com o Ministério da Educação, mas por enquanto não houve nenhum avanço no processo, que segue inconcluso”, afirmou Antonio Passos.

O dirigente sindical voltou a criticar cortes feitos, segundo ele, pelo governo federal no orçamento da Educação, incluindo as instituições de ensino superior, “que ultrapassam os 30% e totalizam algo em torno de R\$ 10 bilhões, o que compromete a pesquisa, a extensão. Noventa por cento das pesquisas no País são feitas pelas universidades. Sem recursos, não há pesquisa. Compromete-se o papel do docente em seu próprio local de trabalho”, ressalta Passos.

Segundo ele, o orçamento da Ufal hoje é em



Docentes decidem manter greve iniciada em maio e que segue sem perspectiva de encerramento

torno de R\$ 66 milhões. Os recursos, no entanto, afirma o dirigente sindical, “são liberados com um atraso de 10, 20, 30 dias todo mês, o que acarreta em dificuldades com os credores”, ressalta. No país, a greve atinge 66 instituições de ensino superior, entre universidades, faculdades e institutos federais.

Fazem parte da pauta de reivindicações 20 itens, entre eles reajuste de 27,3%, que, de acordo com a categoria, leva em consideração a inflação acumulada desde 1º de julho de 2010 (data da vigência da última parcela do reajuste trienal concedido em 2008 para algumas categorias) até janeiro de 2015, agregando

Problema

Governo federal sugeriu ajuste de 21,3% parcelado em quatro anos, a ser pago anualmente nos meses de janeiro de 2016 até 2019, mas professores recusaram a proposta

a projeção de inflação até dezembro de 2016 e ainda 2% de aumento real, em uma parcela única para 2016.

No dia 25 de junho, o governo apresentou, em reunião com o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais e outras entidades sindicais, proposta de reajus-

te de 21,3% parcelado em quatro anos, a ser pago anualmente nos meses de janeiro de 2016 até 2019. No primeiro ano, a parcela de reajuste seria de 5,5% – nos demais seria, em ordem, de 5%, 4,75% e 4,5%.

A proposta foi levada à assembleia de docentes e demais categorias integrantes do fórum em todo país e avaliada como muito distante das necessidades dos servidores.

As lideranças dos servidores querem que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão apresente outra proposta. Eles também querem que o Ministério da Educação se pronuncie em relação às pautas específicas da pasta. ☺